

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 35 • 2025



**Editor científico: João Luís Cardoso**

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2025

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular, sem prejuízo daqueles que possam valorizar o conhecimento das antiguidades oeirenses, para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)
- Professor Doutor Mário Barroca (Universidade do Porto)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 35 • 2025      ISSN: 0872-6086

DOI: 10.5281/zenodo.15005592

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2730-085 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.  
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

**DA PRÉ-HISTÓRIA À ÉPOCA CONTEMPORÂNEA: OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS EM TORNO DO PALÁCIO DO MARQUÊS DE POMBAL, OEIRAS, PORTUGAL NAS ESCAVAÇÕES PREVENTIVAS REALIZADAS EM 2020 E 2021**

***FROM PREHISTORY TO CONTEMPORARY PERIOD: THE ARCHAEOLOGICAL REMAINS IDENTIFIED AROUND THE MARQUÊS DE POMBAL PALACE, OEIRAS, PORTUGAL IN PREVENTIVE EXCAVATIONS CARRIED OUT IN 2020 AND 2021***

Raquel Gonzaga<sup>1</sup>

**Abstract**

The rehabilitation project of the roofs and façades of the Palace of Marquês de Pombal (Oeiras, Portugal) was carried out between 2020 and 2021. Among the various restoration works, the installation of geodrains around the building's façades was particularly noteworthy. This intervention required the execution of two archaeological surveys and the archaeological supervision of the trenching process for the geodrains installation.

Despite the shallow depth of the trenches, a significant amount of archaeological material and structures emerged. This demonstrates the archaeological potential of the site.

Along with the palace designation as a National Monument, its importance is further enhanced by the archaeological remains identified, from the prehistoric period to the contemporary era.

*Keywords:* Prehistory; Contemporary; Marquês de Pombal Palace; Historical Center of Oeiras; Preventive archaeology

## **1 - INTRODUÇÃO**

Entre 2020 e 2021, decorreu o projecto de reabilitação de coberturas e fachadas do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras. No âmbito dos trabalhos de recuperação a realizar, destacou-se a colocação de geodrenos em torno das fachadas do edifício, sendo necessário, para a implantação destas tubagens, a realização de duas sondagens de diagnóstico e o acompanhamento arqueológico da abertura das valas de drenagem.

Apesar da parca profundidade das valas abertas para a colocação dos geodrenos, os trabalhos realizados demonstraram o considerável potencial arqueológico do Palácio, classificado como Monumento Nacional. A relevância histórica do monumento, é agora também ilustrada pelos vestígios arqueológicos identificados, que abrangem uma diacronia ocupacional desde a pré-história ao período contemporâneo.

---

<sup>1</sup> Arqueóloga. raquelgonzaga.lx@gmail.com

## 2 - ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO, HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO

É indissociável a ligação da história do concelho de Oeiras à figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, devendo-se-lhe sem sombra de dúvida o desenvolvimento e engrandecimento da vila de Oeiras. Porém, não podemos cingir a história do povoamento e respectiva ocupação humana de Oeiras ao século XVIII. Os vestígios arqueológicos, bem como a documentação histórica, mostram que a presença humana neste território é bem mais antiga (Fig. 1; Fig. 2). Trabalho de síntese sobre tais presenças, reveladas pela Arqueologia, e onde se destaca o papel incontornável e essencial do Prof. Doutor João Luís Cardoso evidencia tal afirmação (CARDOSO, 2011).



Fig. 1 - Localização do Palácio assinalado a laranja na Carta Militar de Portugal, n.º430, esc. 1:25000.



Fig. 2 - Localização do Palácio em fotografia aérea (Fonte: google maps).

Os testemunhos mais antigos identificados nas proximidades do Palácio do Marquês de Pombal englobam os achados isolados realizados nas Antas e a Rua João Teixeira Simões, onde se recolheram cerâmicas inte-gráveis nas tipologias correntes do Neolítico e do Calcolítico (CARDOSO & CARDOSO, 1993). A presença materiais dos inícios I milénio a.C. foi, por seu turno, demonstrada nas imediações do Palácio do Marquês, em pleno centro histórico da vila de Oeiras, correspondendo a fragmentos cerâmicos com ornatos brunidos, característicos do Bronze Final, recolhidos nas escavações realizadas no local onde mais tarde se veio a implantar a *pars urbana* da *villa* romana de Oeiras, na Rua das Alcássimas (CARDOSO, 2011; CARDOSO, 2016/2017). Com efeito, as intervenções realizadas no subsolo do imóvel setecentista situado na Rua das Alcássimas, n.ºs 28 a 38, em pleno Centro Histórico de Oeiras, documentam a continuidade da ocupação daquele espaço nas épocas subsequentes. Os espólios e as estruturas identificadas confirmam as sucessivas presenças humanas ali verificadas desde a Idade do Ferro até à Antiguidade Tardia (CARDOSO et al, 2023).

O sítio arqueológico da Rua das Alcássimas ou Alcássimas foi objecto de vários estudos e publicações, sendo porém até há pouco conhecido apenas pela presença de vestígios romanos dados a conhecer no início do século XX por José Leite de Vasconcelos (CARDOSO & CARDOSO, 1993; ENCARNAÇÃO, 2013), de que se destaca a presença de um belo mosaico policromo, estudado exaustivamente, o qual integraria o triclínio da habitação (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996). As escavações ali realizadas entre 2005 e 2007, sob a direcção do Prof. Doutor João Luís Cardoso no local, para além de terem posto a descoberto outras estruturas daquela época, permitiram a recolha de espólios arqueológicos que documentam *continuum* na ocupação do local, desde a época romana até à época contemporânea (CARDOSO et al., 2022; CARDOSO et al., 2023).

Tais informações foram completadas pelos resultados das escavações realizadas ulteriormente em local mais próximo do Palácio do Marquês de Pombal, na Rua do mesmo nome n.ºs 2 a 7, igualmente dirigidas pelo Prof. Doutor João Luís Cardoso. Os trabalhos arqueológicos puseram a descoberto estruturas da época romana, alto-medieval e moderna. As estruturas romanas podem corresponder a uma *domus* da *pars rustica* da própria *villa* das Alcássimas, enquanto os muros alto-medievais estão associados a remodelações feitas nas estruturas romanas (CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018; CARDOSO et al., 2021). Por seu turno, os muros da época moderna ali identificados pertenciam a habitações da antiga povoação de Oeiras, pré-existente à expansão urbanística verificada em Oeiras a partir do século XVIII, enquanto que os vestígios da época contemporânea, dizem respeito às próprias remodelações do actual imóvel, recuperado no âmbito do Programa Habitação Jovem, promovido pelo Município de Oeiras (CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018; CARDOSO et al., 2021; CARDOSO et al., 2022). No entanto, apesar das estruturas mais antigas ali identificadas serem de época romana, durante o seu desmonte, recolheram-se vários materiais arqueológicos mais antigos, do período pré e proto-histórico, em particular elementos de foice da Idade do Bronze e um fragmento de prato da Idade do Ferro. (CARDOSO et al., 2021; CARDOSO et al., 2022), tal qual o anteriormente observado nas escavações anteriormente realizadas na Rua das Alcássimas.

Em suma, pode concluir-se as excelentes condições geográficas oferecidas por este local, situado em encosta suave no centro da actual vila de Oeiras, nas imediações da ribeira da Laje e junto à via de ligação a *OlisipoUlishbona*, explica a implantação da *villa* romana, ainda no final do período republicano, conforme indica o traçado da rede viária romana a nível local (CARDOSO & CARDOSO, 2005), compaginado com o conhecimento da distribuição dos vestígios identificados no terreno (CARDOSO & ANDRÉ, 2020).

O terreno correspondente à implantação de esta *villa*, a Norte, coincide com o sítio da “Junção do Bem” (outrora designado “Quinta do Costa”) onde, no século XIX e nos inícios do século XX, foram identificadas diversas lápides funerárias romanas e explorado, por José Leite de Vasconcelos, um cemitério paleocristão (CARDOSO & CARREIRA, 1996; CARDOSO & CARDOSO, 2022). Dada a sua proximidade e contempora-

neidade, considerou-se o sítio da “Junção do Bem” como necrópole da *villa* romana da Rua das Alcássimas (CARDOSO & CARDOSO, 1993; CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018; CORREIA, 1913; ENCARNAÇÃO, 2010; GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996).

Importa sublinhar as informações respeitantes à época medieval: as evidências arqueológicas recentemente exumadas nas escavações realizadas Rua das Alcássimas e na Rua Marquês de Pombal documentam a presença em continuidade, desde o Baixo Império até à Alta e à Baixa Idade Média, passando pela Antiguidade Tardia, como documenta as produções de cerâmicas focenses, originárias do Mediterrâneo oriental recolhidas nas escavações da Rua Marquês de Pombal (CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018). Com efeito, os materiais recolhidos indicam uma cronologia alargada que, desde o século V d.C., se prolonga até aos finais da Idade Média, estando representados dentro desse intervalo, espólios dos séculos XII e XIII. Trata-se de uma época dos finais da presença islâmica e primórdios da nacionalidade, até então completamente desconhecida em Oeiras, revelada por via da Arqueologia (CARDOSO et al., 2021; CARDOSO et al., 2022). Importa sublinhar que a presença islâmica se encontra comprovada por materiais cerâmicos recolhidos na Rua das Alcássimas, publicados pouco depois (FERNANDES, CARDOSO & ANDRÉ, 2009), a que se juntaram mais alguns interessantes vestígios daquela época, exumados na Rua Marquês de Pombal, entre os quais uma torre de roca, de osso (CARDOSO et al., 2022).

Fontes documentais do século XIV incluem este território no conjunto de povoações do termo de Lisboa, sem grande destaque e desprovido de quaisquer regalias. Este território caracterizava-se assim, por dois domínios distintos, mas semelhantes a nível toponímico: o Reguengo de Oeiras e o pequeno território autónomo Reguengo A-par-de-Oeiras.

O Reguengo de Oeiras consideravelmente mais extenso, contemplava como limites administrativos, o Reguengo de Algés, de Sintra e de Cascais.

O Reguengo A-par-de-Oeiras situado no meio deste vasto território, ocuparia um espaço reduzido, sendo por vezes denominado naquelas fontes, por “Reguenguinho”. Este pequeno território mantendo a sua autonomia até ao século XVIII, tinha como sede a vila de Bucicos, e localizava-se a poente da ribeira da Lage em área onde mais tarde se implantaria o complexo agro-industrial (adega, lagares e celeiro) do Palácio do Marquês de Pombal (GOMES, 1998; MIRANDA, 2017).

Até aos inícios do século XVIII, a ocupação do território de Oeiras caracterizava-se por casais e quintas de lavoura que Paulo de Carvalho e Ataíde (tio-avô de Sebastião de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal) foi adquirindo a partir de 1676. Entre as demais aquisições contam-se as terras de Lourenço de Anvers, as terras no Selão, Goelão, Minhoteira e Várzea, a Quinta de Nossa Senhora das Mercês e a Quinta Valverde.

Assim, desde finais do século XVII até aos princípios do século XVIII, vão se adquirindo, paulatinamente, terrenos que dariam origem à grande propriedade que viria a ser chamada de “Quinta de Baixo”, onde posteriormente seria construído o actual Palácio do Marquês de Pombal (DIAS, 2009; GOMES, 1998; MIRANDA, 2017) (Fig. 3).

Entre 1715 e 1730, Paulo de Carvalho e Ataíde faz construir um solar joanino estrategicamente localizado no ponto mais elevado e sobranceiro, a nascente da ribeira da Laje. Foi neste local, onde a ribeira da Laje, configura uma curva apertada resultante da falha geológica de S. Julião (DIAS, 2009), o local escolhido para o Palácio do Marquês de Pombal (DIAS, 2009).

Em 1737, o solar joanino e os terrenos adjacentes são deixados em testamento a Sebastião de Carvalho e Melo e aos seus irmãos, o que permitiu iniciar o grande projecto da Quinta de Oeiras, um dos melhores exemplares da casa senhorial portuguesa da sua época, com estilo e tradição barroca e rococó.

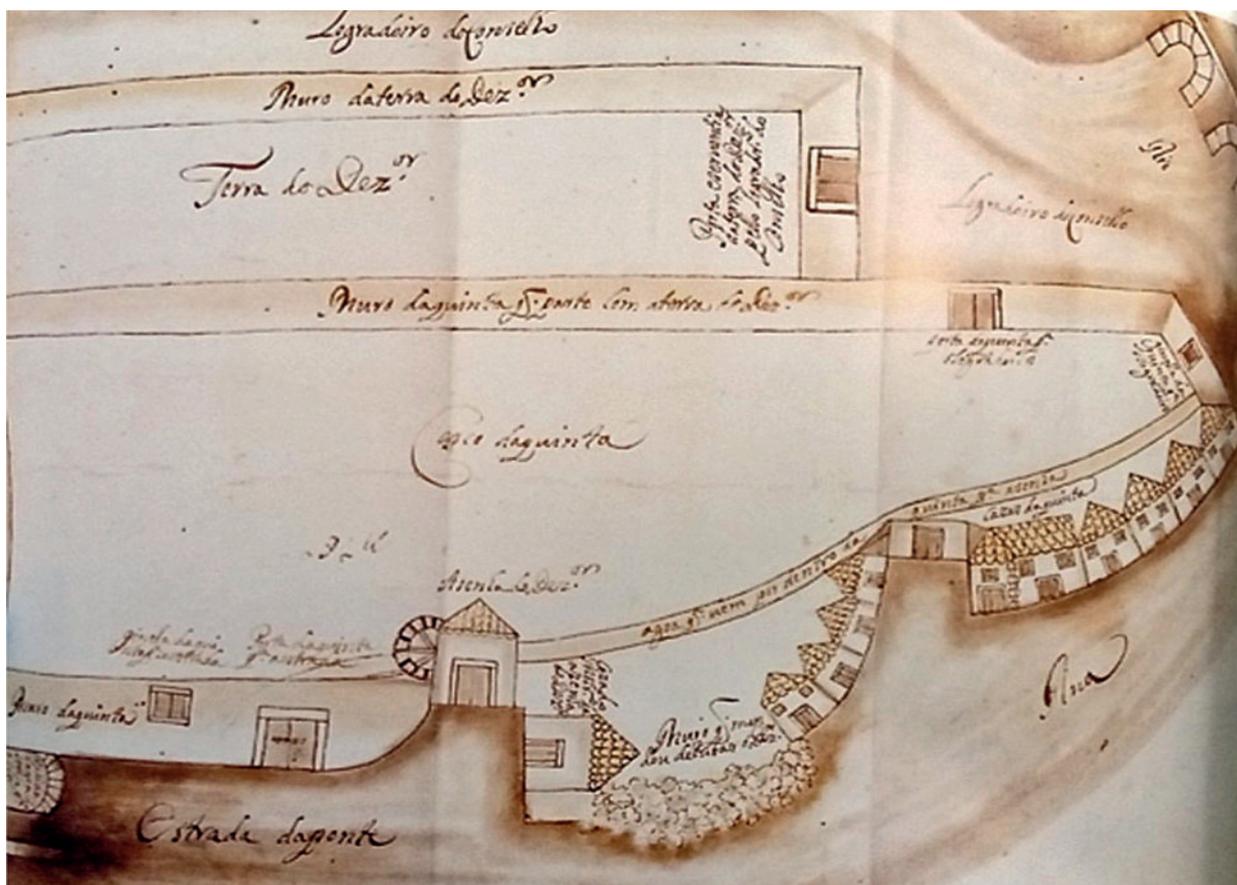


Fig. 3 – Planta da Quinta Velha de Oeiras (1715) (MIRANDA, 2017).

Carlos Mardel, arquitecto e engenheiro que se destacou na reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755, foi o escolhido para a edificação do palácio (MELO, 2013). Assim, a partir do solar já existente (também designado “quarto velho”), e com aproveitamento das pré-existências, foi projectado o novo edifício que seria constituído por dois blocos distintos unidos pela capela da Nossa Senhora das Mercês, padroeira da família Carvalho (DIAS, 2009).

O bloco joanino daria lugar à área social e de aparato do palácio, enquanto o novo corpo pombalino foi destinado à área reservada ao quotidiano familiar (FRANÇA, 1987) (Fig. 4).



Fig. 4 – Vista aérea da estrutura arquitectónica do Palácio do Marquês de Pombal (adaptação da imagem Google Maps).

A evolução arquitectónica do Palácio foi indissociável da família Carvalho e Melo; por via da acção governativa de Sebastião José de Carvalho e Melo, este ascende a primeiro conde de Oeiras, sendo a povoação elevada a vila e criado o concelho de Oeiras. Nos anos seguintes, a vila de Bucicos é extinta e substituída por Carcavelos, para mais tarde ser anexada definitivamente a Oeiras (MIRANDA, 2017).

Da situação acima descrita praticamente não chegaram até nós registos cartográficos, com excepção da antiga planta da “Quinta Velha de Oeyras” e das cartas topográficas ilustradas a partir do século XIX. A primeira planta não apresenta grande rigor, e as cartas mais recentes ilustram o palácio tal como o vemos actualmente (BOIÇA, 2003) (Fig. 5).



Fig. 5 – Carta topográfica e cadastral (arredores de Lisboa) – Catálogo Pina Manique 1843. Assinala-se a vermelho a localização do Palácio (GOMES, 1998).

### 3 – METODOLOGIA DA INTERVENÇÃO

Os trabalhos realizados no âmbito do projecto de reabilitação do Palácio do Marquês de Pombal consistiram na abertura de duas pequenas sondagens e no acompanhamento arqueológico das movimentações de terra durante a abertura das valas de drenagem.

As valas drenantes foram implantadas em redor do Palácio e no interior dos dois pátios internos: o pátio principal e o pátio de acesso à cozinha. Esta intervenção teve como propósito mitigar os problemas de infiltração de água que comprometiam a preservação e integridade do edificado.

Dada a sensibilidade do monumento e a proximidade das sapatas de fundação, bem como a reduzida profundidade necessária para a colocação dos geodrenos, todas as valas foram escavadas manualmente, sem recurso a maquinaria.

A sondagem I foi aberta no pátio interior, na área prevista para a implantação da vala nº 9, com o propósito de diagnosticar vestígios arqueológicos e prever medidas de mitigação antes da sua abertura.

Relativamente à sondagem de diagnóstico II, esta foi aberta no designado Pátio das Araucárias, na área destinada à vala nº 5 que nunca chegou a ser executada.

No que concerne às restantes valas, numeradas do nº1 ao nº11, por condicionantes relacionadas com o próprio projecto, até 2021 foram apenas executadas as valas nº1 (junto à entrada principal), nº2 e nº3 (fachada Este/Nordeste); nº9 e nº10 (no pátio principal de entrada) e nº11 (no pátio interno de acesso à cozinha) (Fig. 6).

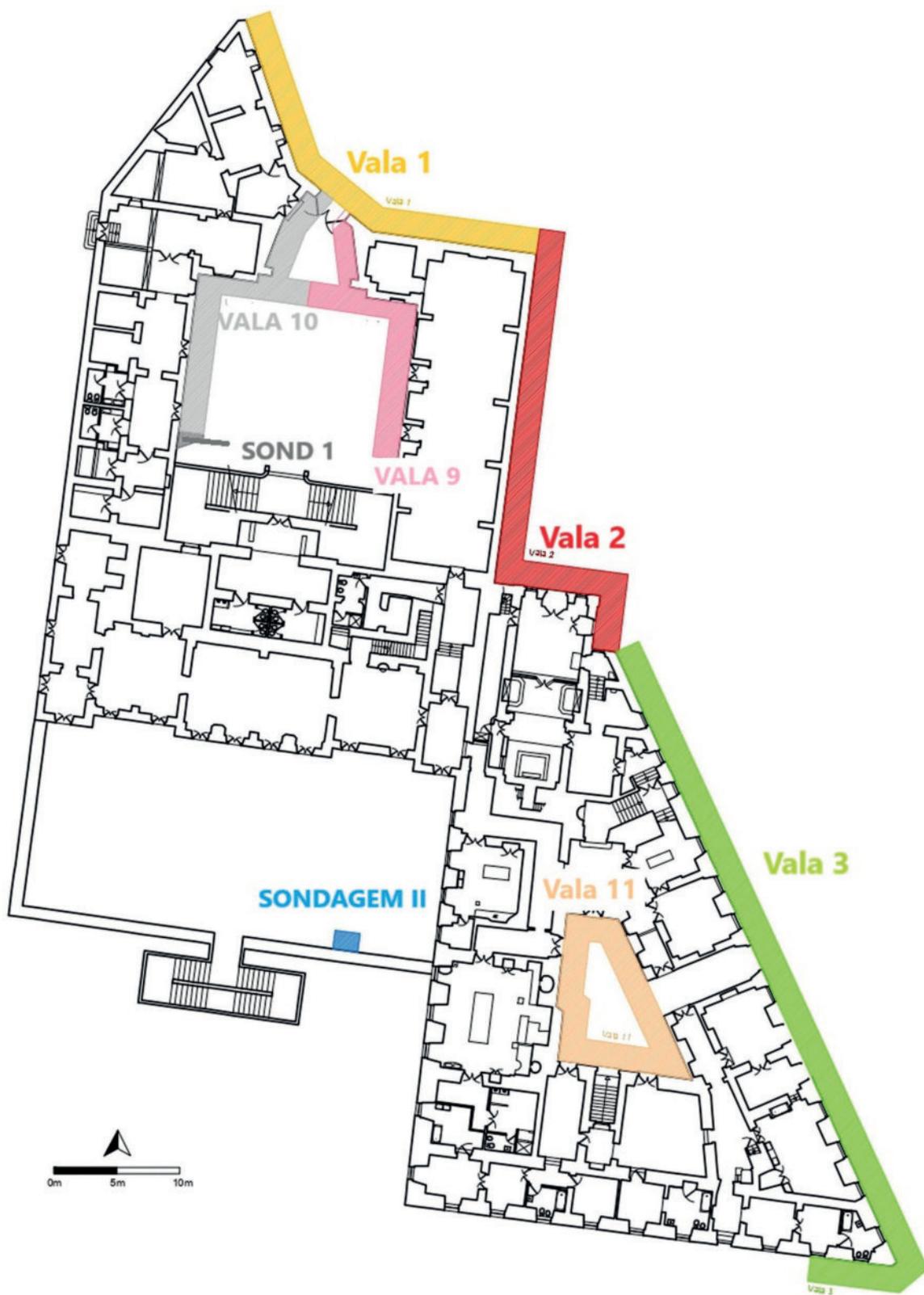


Fig. 6 - Planta do Palácio com localização dos trabalhos arqueológicos (sondagens manuais e valas).

## 4 - VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS

### 4.1 - Época pré ou proto-histórica

No decurso dos trabalhos de abertura da vala n.º3, adjacente à fachada Nordeste do Palácio, foram identificados os vestígios arqueológicos mais antigos. Durante a escavação manual desta vala, sob a calçada de circulação actual, foi identificado sedimento [301] heterogéneo e de tonalidade castanha, composto por vários fragmentos de material contemporâneo. Após a remoção deste depósito e a pouca profundidade, atingiu-se o substrato calcário onde foram identificadas quatro estruturas negativas (318) e (319), sendo as primeiras a ser registadas. A estrutura negativa [318] destacou-se pela sua morfologia regular, circular e de paredes rectas, de pequenas dimensões (c. 6cm).

Em contraste, a estrutura negativa [319] apresentou uma morfologia irregular, em forma de funil, com aproximadamente 25cm de largura. Esta estrutura encontrava-se preenchida pelo depósito [320], de tonalidade castanha avermelhada, no qual foram recolhidos vários fragmentos de núcleos de barro (Fig. 7).

A cerca de 2 metros a sul das interfaces [318] e [319], registaram-se mais duas estruturas negativas, igualmente escavadas na rocha natural e cobertas pelo depósito [301].

Uma delas é a estrutura negativa circular [316] com paredes regulares e afeiçãoadas, sugerindo ter sido alvo de acção humana. Mede cerca de 25cm de largura e apresenta grande profundidade, sendo que só foi possível escavar cerca de 50cm de profundidade, uma vez que a estrutura [316] é muito estreita e o seu enchimento é consideravelmente argiloso e muito compacto. No seu interior recolheram-se fragmentos de cerâmica manual e núcleos de barro de pequena e média dimensão.



Fig. 7 - Plano das estruturas negativas [318] e [319] escavadas na rocha calcária.



Fig. 8 - Núcleos de barro recolhidos no interior da estrutura negativa [319].

A interface [321], última estrutura negativa identificada, apresenta morfologia irregular com cerca de 28 cm de largura e o seu enchimento continha núcleos de barro, fragmentos de cerâmica manual comum e sem decoração e elementos líticos produzidos em sílex, incluindo uma lâmina (Fig. 9 a Fig. 12).



Fig. 9 - Estruturas negativas [316] à esquerda e [321] à direita.



Fig. 10 – Cerâmica manual recolhida no enchimento da estrutura negativa [316].

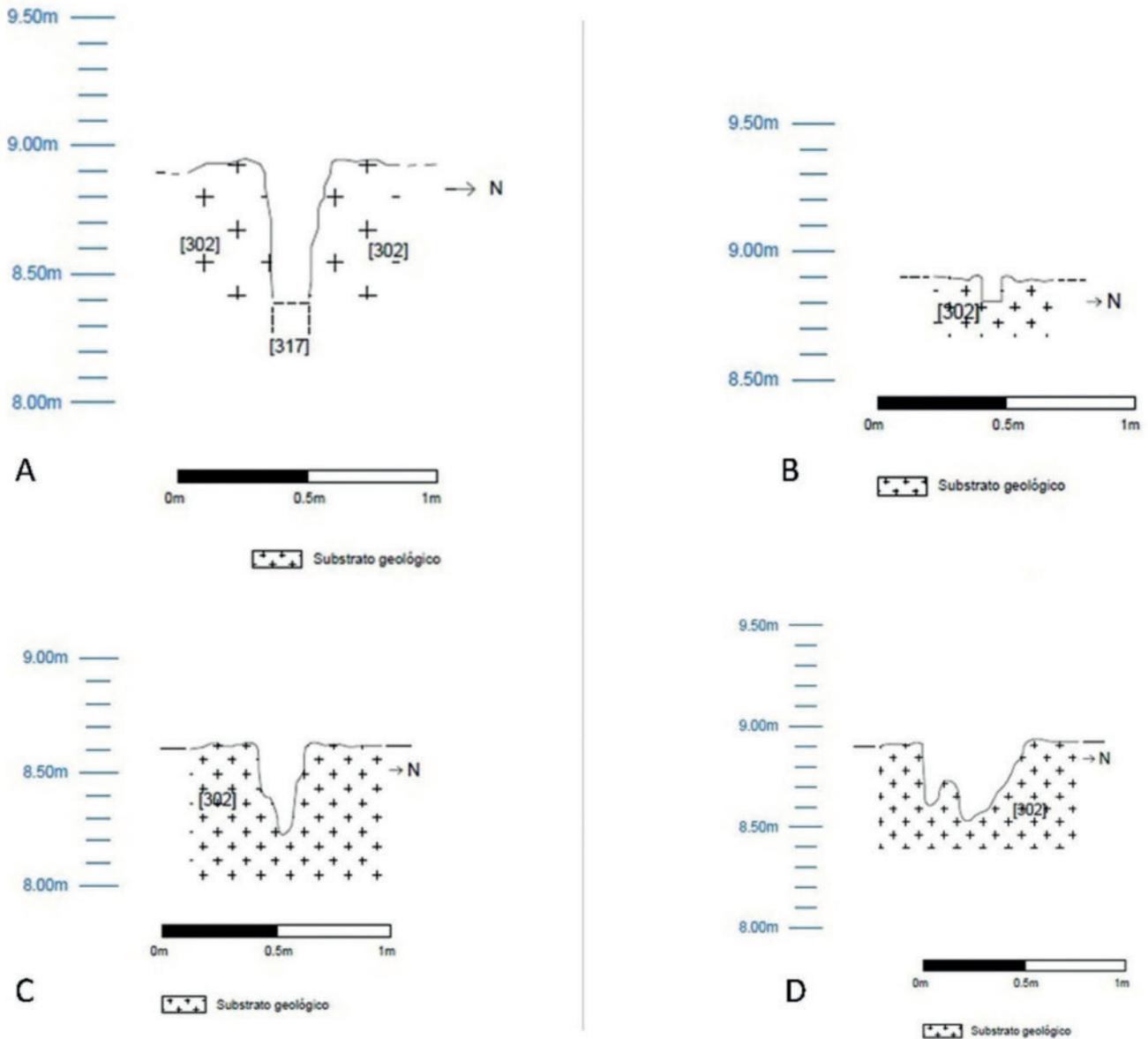


Fig. 11 – Secção das estruturas negativas. Interfaces A - [316]; B - [318] C - [319]; e D - [321].

## 4.2 – ÉPOCA MODERNA E/OU CONTEMPORÂNEA

### 4.2.1 – Calçadas e possíveis pavimentos de circulação

Durante o acompanhamento arqueológico, foram identificadas várias concentrações pétreas sem ligante, que parecem não corresponder a calçadas. Foram também registadas várias concentrações de argamassas, que poderão corresponder a vestígios de antigos pavimentos de circulação.

Não obstante, para esta publicação, foram incluídas apenas as calçadas claramente identificadas como tal. Abriu-se apenas uma pequena excepção para os vestígios da Sondagem I, que serão descritos em seguida.

Devido à presença de diversas infraestruturas que dificultavam a execução dos trabalhos, decidiu-se abrir a Sondagem de diagnóstico I. Esta pequena sondagem trapezoidal (1,50 m x 60 cm) foi aberta junto à designada ‘estátua do ciclope’ localizada no pátio central do Palácio Marquês de Pombal.

A abertura desta sondagem permitiu uma escavação manual mais controlada, bem como um diagnóstico preliminar que proporcionou a implementação de medidas mitigatórias para a instalação das novas tubagens.

Após a remoção da calçada actual, escavou-se um grande depósito de aterro [1001], constituído por lixo contemporâneo, incluindo plásticos e fragmentos de betão, que cobria quase toda a área da sondagem I. Sob o aterro [1001], encontrava-se o sedimento [1007] e, subsequentemente, o aterro [1008].

O sedimento [1007] distingue-se pela sua tonalidade castanha e é composto por frequentes nódulos de argamassa de pequena e média dimensão, em contraste com o aterro [1008] de cor bege e areno-argiloso.

Sob o aterro [1008] e também sob o aterro [1001], que afectou todas estas realidades arqueológicas, registou-se o pavimento [1006].

Apesar das reduzidas dimensões da sondagem, que dificultam a leitura das realidades arqueológicas, observou-se que a U.E. [1006], é composta por pedras calcárias de média dimensão (preservadas no canto Este da sondagem), consolidadas por uma argamassa muito compacta, regular e bastante nivelada, com ocasionais fragmentos de cerâmica de construção de reduzida dimensão, e que se estende por toda a área da sondagem I (Fig. 13).

A escavação da Sondagem I também permitiu observar o alçado Norte da sapata da estátua do ciclope, composta por grandes blocos calcários dispostos de forma regular unidos por uma argamassa muito compacta de cor amarela, encontrando-se assente num depósito castanho, heterogéneo e de pouca compactação. A colocação da estátua do ciclope, por sua vez, também afectou o hipotético pavimento [1006].

Além do pavimento [1006], foram identificadas mais duas calçadas nas valas n.º 2 e n.º 3. Estas calçadas encontrar-se-iam em bom estado de preservação, sem as afectações das actuais infraestruturas.

A calçada [217], foi identificada junto à esquina da capela da Nossa Senhora das Mercês. É composta maioritariamente por basaltos de média dimensão, com raros calcários dispostos de forma irregular. Não foi observável qualquer tipo de argamassa como ligante entre os elementos pétreos.

A calçada [217] encontrava-se coberta pelo sedimento [216], areno-argiloso e de tonalidade castanha-escura, no qual foram recolhidos apenas, pontuais fragmentos de vidro de pequenas dimensões. A escassez de mate-



Fig. 12 – À esquerda a lâmina de sílex e, à direita, dois fragmentos de sílex recolhidos no interior da estrutura negativa [321].



Fig. 13 – Sondagem I junto à estátua do ciclope e a pequena calçada identificada no corte.

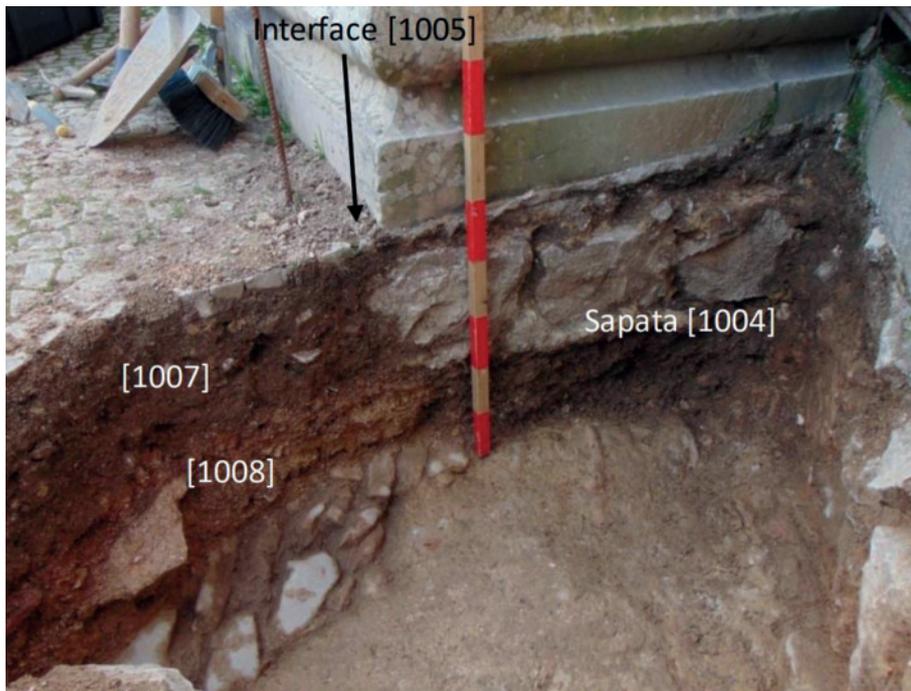


Fig. 14 – Corte Sul da Sondagem I com possível calçada [1006].

riais arqueológicos não permitiu estabelecer um enquadramento cronológico para o momento de desuso deste pavimento.

Ainda no que concerne às relações estratigráficas, verificou-se que a calçada (217) encontra-se adossada ao piso lajeado de entrada da capela da Nossa Senhora das Mercês (Fig. 15).

Na vala n.º3, registou-se a calçada [330] a cerca de 40 metros a Sul da calçada [217], e a poucos metros da porta lateral do Palácio, no acesso à cozinha.



Fig. 15 – Calçada [217] da capela da Nossa Senhora das Mercês.

A calçada [330] estava coberta pelo sedimento [329], um depósito fino e heterogêneo de tonalidade amarelada, com frequentes inclusões de argamassas e nódulos de cal. Contudo, não foram recolhidos materiais cerâmicos que permitissem datar este depósito estratigráfico.

Encostada à fachada do Palácio do Marquês de Pombal, a calçada [330] é composta por basaltos e calcários de média dimensão, dispostos de forma arbitrária e sem ligante entre os elementos pétreos.

Tanto a calçada [217] quanto a calçada [330] não foram escavadas na íntegra, e desconhecem-se os seus limites físicos, pelo que se estendem para além dos cortes estratigráficos das valas. Ambas as calçadas foram protegidas com manta geotêxtil e preservadas *in situ* (Fig. 16 e Fig. 17).

#### 4.2.2 – Algeroz

O pequeno algeroz registado como U.E. [307] foi identificado na vala n.º3 após a remoção do depósito castanho e heterogêneo [301]. Trata-se de uma estrutura com duas paredes rectilíneas, com orientação Oeste-Este, construída com pedra calcária e argamassa amarela-escura, semelhante ao ligante utilizado na fachada do edifício. Numa primeira leitura, parecia trata-se de um caneiro sem cobertura, contudo, a continuidade dos trabalhos permitiu o reconhecimento de uma estrutura associada ao escoamento de águas pluviais [307] por meio de elemento cerâmico embutido na fachada do palácio.

Este algeroz [307] encontrava-se obstruído pelo enchimento [308] castanho muito escuro, homogêneo e pouco compacto no qual não se recolheram materiais arqueológicos.

Numa tentativa de conferir um enquadramento cronológico a este algeroz, admitiu-se que se trata de uma estrutura contemporânea do Palácio do Marquês de Pombal. Contudo, o algeroz apresenta a particularidade de se encontrar imediatamente abaixo de uma das janelas do edifício. Apesar de não terem sido realizadas sondagens parietais que permitissem uma leitura integral destas realidades, é possível considerar a hipótese de estarmos perante diferentes fases construtivas do palácio. O algeroz [307] deveria estar embutido na parede e, em terminado momento, com a construção das janelas no piso térreo, acabou por ser obstruído ou até mesmo destruído (Fig. 18 e Fig. 19).



Fig. 16 – Calçada [330] afectada por duas infraestruturas.

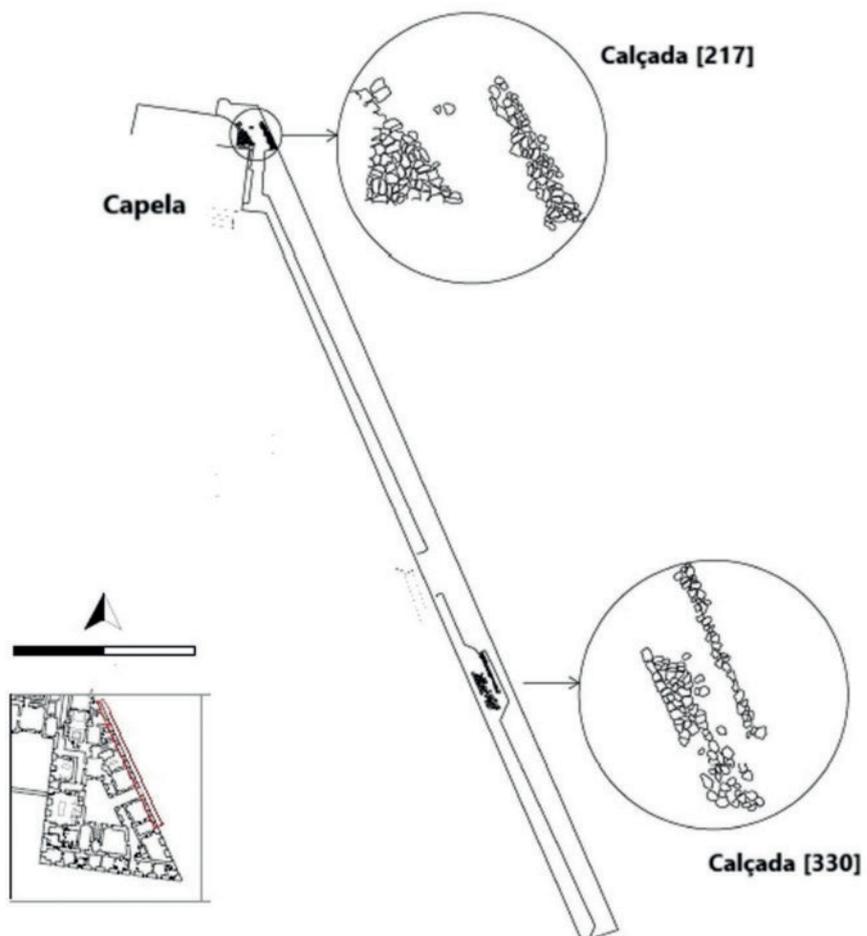


Fig. 17 – Calçadas [217] e [330] junto à fachada Nordeste do Palácio.



Fig. 18 – Algeroz [307] inserido na fachada Nordeste do Palácio.

#### 4.2.3 – Pré-existências ou primeiras fases construtivas do Palácio

Os dois muros [1114] e [1115] foram intervencionados na vala nº11, situada no pátio interno de configuração trapezoidal, que dá acesso à actual cozinha do Palácio. Esta área localiza-se no designado “Corpo Pombalino” do Palácio que, segundo as fontes históricas, foi construído após 1737, ano em que o solar joanino e os terrenos adjacentes foram herdados por Sebastião José de Carvalho e Melo e pelos seus irmãos.

Na extremidade Norte do pátio da cozinha, após a remoção da calçada actual, observou-se um abatimento do terreno que causou a formação de aberturas no sedimento [1104]. Removido este depósito, foi identificada a pouca profundidade a estrutura [1114], de pequenas dimensões e de orientação Oeste-Este. A identificação das realidades arqueológicas e o contínuo abatimento do solo nesta zona do pátio, claramente resultante da infiltração de águas, impossibilitava a execução do projecto. Perante estas dificuldades, determinou-se o alargamento da vala de forma a identificar a origem da infiltração e instalar uma nova caleira de escoamento, contornando as realidades arqueológicas e minimizando o seu impacto.

Após o alargamento da vala, foi possível verificar que a infiltração de águas era resultante da ruptura de uma manilha e registaram-se dois pequenos muros adjacentes: o muro [1114] e o [1115].

Os muros [1114] e [1115] apresentam o mesmo aparelho construtivo: são compostos por blocos calcários de média dimensão e por pontuais fragmentos de material de construção, unidos por uma argamassa amarela-escura muito compacta. Ainda que não estejam perfeitamente orientados, o muro [1114] apresenta orientação Oeste-Este, enquanto o muro [1115], orientação Norte-Este. Em conjunto, as duas estruturas formam uma planimetria em “L”.

Embora não tenha sido possível obter uma leitura integral dos dois muros, tanto em extensão como em profundidade, o que impossibilitou interpretações a nível funcional ou tipológico, foi possível verificar que estes muros não seguem a mesma orientação e alinhamento da configuração actual do Palácio Marquês de Pombal, apresentando um desfasamento em relação à configuração trapezoidal do seu pátio interno (Fig. 20 a Fig. 22).

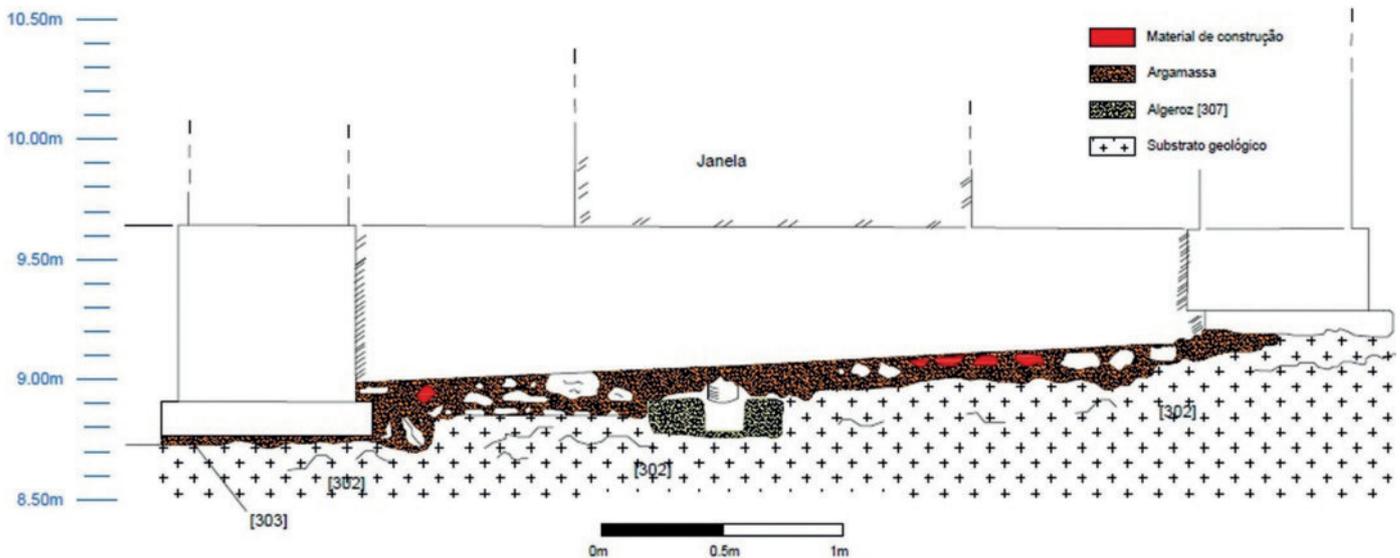


Fig. 19 – Alçado Nordeste com representação gráfica do Algeroz.

Infelizmente, os poucos materiais cerâmicos recolhidos nesta área, grosso modo cerâmica comum, não permitem estabelecer uma cronologia segura para estes espólios arqueológicos. Embora a análise interpretativa destas estruturas seja insuficiente, estas foram protegidas com manta geotêxtil e mantiveram-se preservadas *in situ*.

#### 4.2.4 – Vestígios no Pátio das Araucárias – particularidades da Sondagem II

A Sondagem II foi aberta no designado “Pátio das Araucárias”, uma plataforma sobrelevada acessível por uma grande escadaria revestida com azulejos. Este espaço é composto por áreas ajardinadas e por namoradeiras.

A arquitectura do pátio foi concebida e projectada de forma a facilitar o escoamento das águas das áreas ajardinadas, que se encontram no topo da plataforma, através de pequenas bicas em redor dos alçados do terraço procurando obter, para além da sua funcionalidade, uma componente estética, criando efeitos de cascata.

A abertura da Sondagem II (Fig. 23) teve como propósito identificar e analisar uma destas estruturas de escoamento de águas, associada a uma bica em meia-cana localizada num dos muros do pátio. Esta pequena bica em pedra calcária (Fig. 24) encontra-se alinhada com uma das namoradeiras do jardim e estaria relacionada, teoricamente, com uma canalização integrada no circuito hidráulico do Palácio.

A sondagem II foi efectuada com as dimensões de 2m de comprimento x 1,5m de largura, observando-se com particular atenção o seu registo estratigráfico. Após a remoção da calçada actual, registou-se o depósito [501], de tonalidade castanha com nuances amarelas, que se estendia por toda a área da sondagem.

Sob este primeiro depósito [501], foram registados dois sedimentos: o [502] de tonalidade castanha-alaranjada com concentrações de materiais cerâmicos; e o sedimento [503] de tom castanho-escuro junto à namoradeira.

Foi primeiramente observada a sequência estratigráfica do depósito [503]. Sob este, registou-se o sedimento [506], moderadamente compacto e de grão fino.

Após a remoção do sedimento [506] atingiu-se a sapata [508] do muro da namoradeira do Pátio das Araucárias. Trata-se de estrutura rectangular composta por fiadas regulares de blocos calcários de média



Fig. 20 – Muros [1114] e [1115] na vala nº11.



Fig. 21 – Alçado Norte do muro [1114].



Fig. 22 – Muros identificados no pátio interno de acesso à cozinha.



Fig. 23 – Assinalado a vermelho a localização da Sondagem II no Pátio das Araucárias.

dimensão e por ocasionais fragmentos de cerâmica de construção. Estes elementos são consolidados por argamassa de cor acinzentada bastante compacta. Verificou-se que as unidades estratigráficas [503] – [506] e [508] preenchem a vala de fundação [510], que interrompe os depósitos subjacentes.

A partir do sedimento [502] castanho-alaranjado, a sequência estratigráfica aparentou ser linear. Sob este, registou-se o sedimento [504] heterogéneo e de cor laranja, que, subsequentemente, cobria a U.E. [509].

A U.E. [509] é heterogénea, de cor branca com nuances castanhas, areno-argilosa e pouco compacta, com características semelhantes a cascalho. Dadas as suas componentes sedimentares, bem como a sua regularidade e estado de preservação, configura a presença de antigos níveis de circulação do Pátio das Araucárias (Fig. 25).

Nas áreas onde a preservação da [509] era menor, observou-se o depósito [505]. Após a escavação integral da [509], foi possível ver em extensão toda a U.E. [505], com excepção da área de afectação da vala [510] de fundação da sapata [508].

A U.E. [505] caracterizou-se por grande pacote sedimentar, no qual se recolheram numerosos materiais arqueológicos, como fragmentos de cerâmica comum, cerâmica de construção, cerâmica vidrada e modelada, fauna mamalógica e malacológica. Recolheram-se também em grande quantidade fragmentos de porcelana e faiança com as mais diversas decorações.

Destacam-se ainda dois bojos de um pote *martaban* (Fig. 31) e uma pequena peça oval metálica, possivelmente um medalhão (Fig. 29). Infelizmente, este objecto de adorno não apresenta leitura, com excepção de uma pequena moldura em seu redor.



**Fig. 24** – Pequena bica localizada no muro do Pátio das Araucárias.

As características sedimentares do próprio depósito [505], bem como o grande volume de materiais recolhidos, parecem indicar que se trata de um grande pacote de aterro. O conjunto cerâmico recolhido configura uma baliza cronológica entre os séculos XVII e XVIII.

Tendo em conta, a cota em que se encontra a bica de meia-cana, a equipa responsável, procedeu à remoção do aterro [505] com o objectivo de identificar a vala de fundação da estrutura de escoamento de águas. Contudo, durante a escavação do depósito [505], não foi identificada qualquer interface, mas justamente o caneiro [507]. Aparentemente, esta estrutura encontrava-se completamente aterrada pelo depósito [505].

O caneiro [507], com orientação Norte-Sul, encontra-se, em termos gerais bem preservado (Fig. 26 e Fig. 27). Apresenta uma cobertura composta por blocos calcários e por cerâmica de construção, de morfologia quadrangular e de média dimensão, dispostos de forma relativamente regular. Estes elementos estão consolidados por uma argamassa amarela de grão fino relativamente compacta.

Atendendo às necessidades do projecto, deu-se por concluída a abertura da sondagem II não se atingindo maior profundidade. A leitura estratigráfica neste pequeno espaço de 2 m x 1,5 m, induz-nos à premissa de que a área do Pátio das Araucárias parece ter sido concebida de forma bastante premeditada, com um sistema hidráulico previamente planeado. Deste modo, o caneiro [507] estará relacionado com a fonte circular situada a escassos metros entre as duas grandes araucárias.

Após a construção de todos os caneiros que atravessariam esta área, a mesma terá sido aterrada, de modo a criar uma plataforma em terraço, que caracteriza o Pátio das Araucárias. Entre os aterros e despejos utilizados neste processo inclui-se o grande pacote sedimentar [505].

Esta hipótese justifica o facto de o caneiro [507] se encontrar coberto pelo aterro [505] em toda a extensão da sondagem.

Depois de aterrado o Pátio das Araucárias, seria necessário terraplanar e criar níveis de circulação no terraço. Dadas as características sedimentares e a própria regularidade, é aqui que se enquadra o depósito branco tipo cascalho [509] e o depósito cor-de-laranja [504], que cobrem subsequentemente o aterro [505].

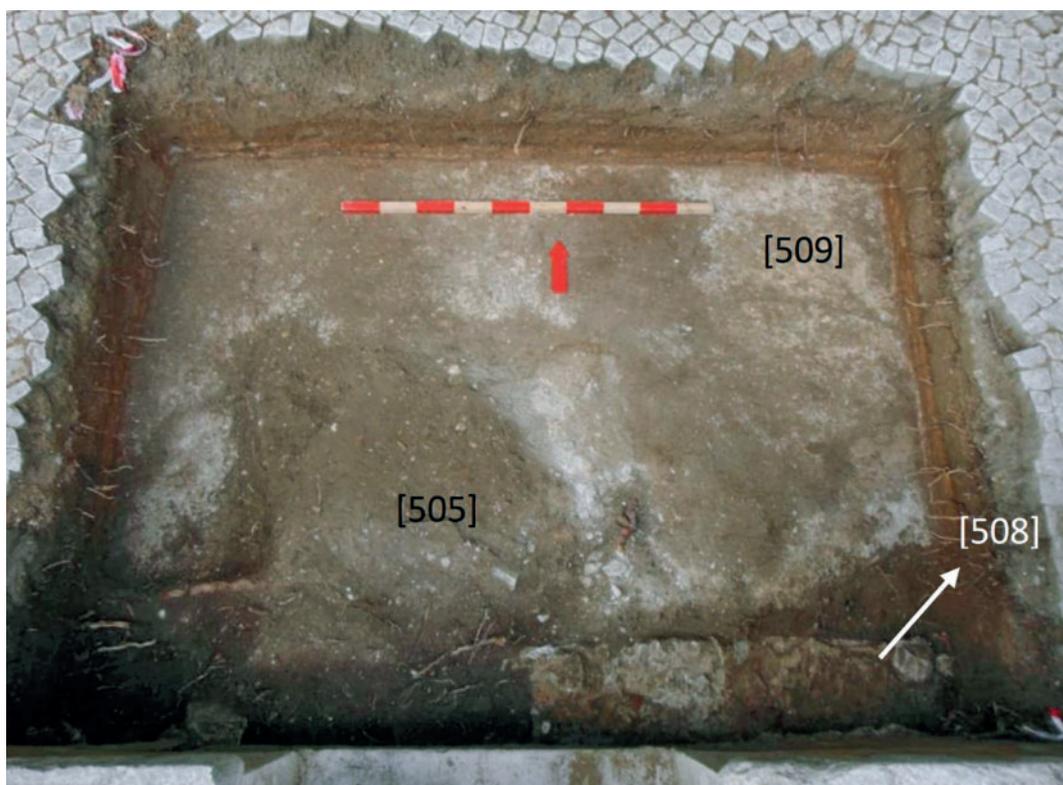


Fig. 25 – Possíveis vestígios de pavimento [509] e sapata [508] do muro.

A fase construtiva mais recente do Pátio das Araucárias corresponde à construção ou remodelação do muro do terraço e das namoradeiras, cuja vala de fundação [510] corta todos os sedimentos [502], [503], [504], [505] e [509].

A interface [510] encontrava-se preenchida pelo enchimento [503] e [506], dos quais foram recolhidos materiais cerâmicos datados entre os séculos XVIII e XIX.

A plataforma do Pátio das Araucárias corresponde seguramente, à fase mais antiga sendo provável que, em determinado momento, tenham sido realizadas alterações no muro do terraço e remodelações no caneiro [507], levando à abertura da vala [510].

Importa frisar que a interface [510] e respectiva edificação da sapata [508] não afectaram o caneiro [507], observando-se um espaço entre a sapata [508] e o caneiro [507]. Esta evidência sugere que, durante a remodelação do muro, a existência do caneiro [507] era já conhecida, tendo a construção da sapata [508] sido cuidadosamente adaptada para evitar a afectação da estrutura hidráulica (Fig. 28).

## 5 – CONCLUSÕES

Os trabalhos do projecto de reabilitação do Palácio Marquês de Pombal implicaram a abertura de valas e respectiva movimentação de terras a cerca de 50 cm de profundidade. Apesar da pouca profundidade atingida, nas escavações efectuadas, estes trabalhos demonstraram o considerável e significativo potencial arqueológico da área onde se encontra implantado o Palácio.



Fig. 26 - Plano final com o caneiro [507] de ligação à bica.



Fig. 27 - Alçado da namoradeira com o caneiro [507].

Embora neste artigo tenham sido apresentadas apenas as evidências mais relevantes, em todas as valas abertas foram identificados vestígios arqueológicos.

Os restantes testemunhos arqueológicos correspondem ao período contemporâneo e o espólio recolhido engloba vários objectos em ferro, fragmentos de vidro, fauna mamalógica e malacológica, azulejos, cerâmica comum e vidrada, loiça pó de pedra, porcelanas, bem como faianças azuis e policromas que apontam para uma cronologia entre os séculos XVIII e XX. Pontualmente recolheram-se, juntamente com materiais contemporâneos, fragmentos de porcelanas chinesas com decorações atribuíveis aos séculos XVII-XVIII. As faianças identificadas neste projecto, com decoração composta por semi-círculos concêntricos (Fig. 30), são semelhantes à amostra recolhida na Rua Marquês de Pombal e na Rua das Alcássimas (CARDOSO *et al*, 2021; CARDOSO *et al*, 2022).

Assim sendo, as informações arqueológicas ora apresentadas vieram juntar-se às anteriormente conhecidas, proporcionando mais conhecimentos acerca da ocupação humana no centro histórico de Oeiras nos séculos XVII e XVIII, a par das dinâmicas construtivas verificadas no edifício palaciano.

A maioria dos testemunhos identificados enquadram-se nos finais da época moderna e sobretudo na época contemporânea, estando directamente relacionados com a própria edificação do palácio. Porém, merecem destaque os singelos testemunhos da pré-história identificados: as quatro estruturas negativas escavadas na rocha natural e o espólio material referido.

Apesar das diminutas dimensões da vala n.º 3, foi possível identificar quatro interfaces, quase à superfície e sob um fino depósito que continha materiais modernos/ contemporâneos. Em contraste, as interfaces encontram-se preenchidas por materiais de época pré-histórica à semelhança do que foi descrito na breve síntese respeitante ao registo arqueológico do Centro Histórico de Oeiras.

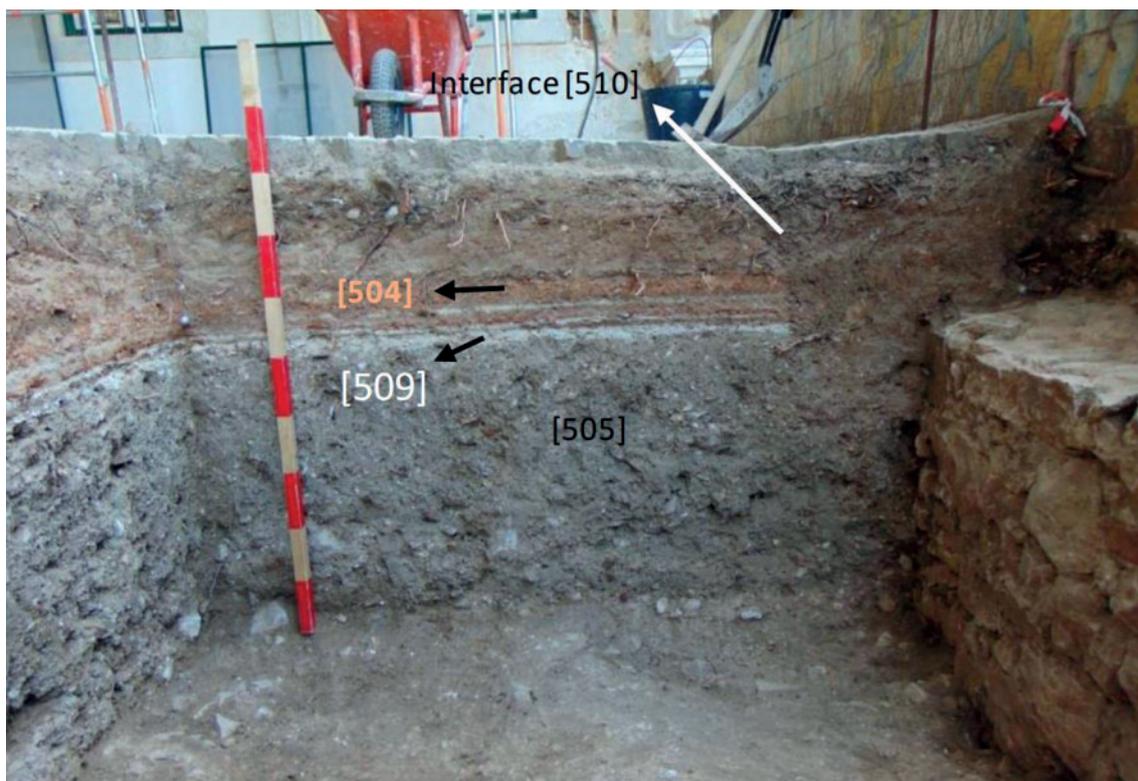


Fig. 28 – Corte Este da Sondagem II.

As características morfológicas irregulares de três das estruturas negativas parecem indicar que são resultantes de um processo natural da acção da água. Todavia, a estrutura negativa [318] e [316] distingue-se seguramente pela sua configuração circular, de paredes rectas verticais, sem todavia a sua morfologia se poder associar seguramente à intervenção humana, cuja presença, contudo, poderá ter aproveitado a forma pré-existente.

Com excepção das quatro estruturas negativas e respectivos enchimentos, não se identificaram outras evidências com cronologias tão recuadas. Verifica-se assim, no local, um grande hiato cronológico entre os vestígios mais antigos de uma fase pré-histórica e os testemunhos associados à construção do edifício pombalino, sendo de sublinhar a total ausência de vestígios romanos, que ocorrem a escassas centenas de metros, a cotas mais elevadas, na Rua Marquês de Pombal.

Com base nas evidências arqueológicas identificadas, podem ser consideradas duas hipóteses para explicar este hiato cronológico. A primeira hipótese está relacionada com a construção do Palácio, cuja implantação sobre o substrato rochoso, terá afectado os contextos arqueológicos mais antigos. Foi tal razão que pode explicar a preservação localizada das quatro estruturas negativas identificadas.



Fig. 29 – Objecto de adorno (possível medalhão) recolhido na U.E. [505] da Sondagem II.

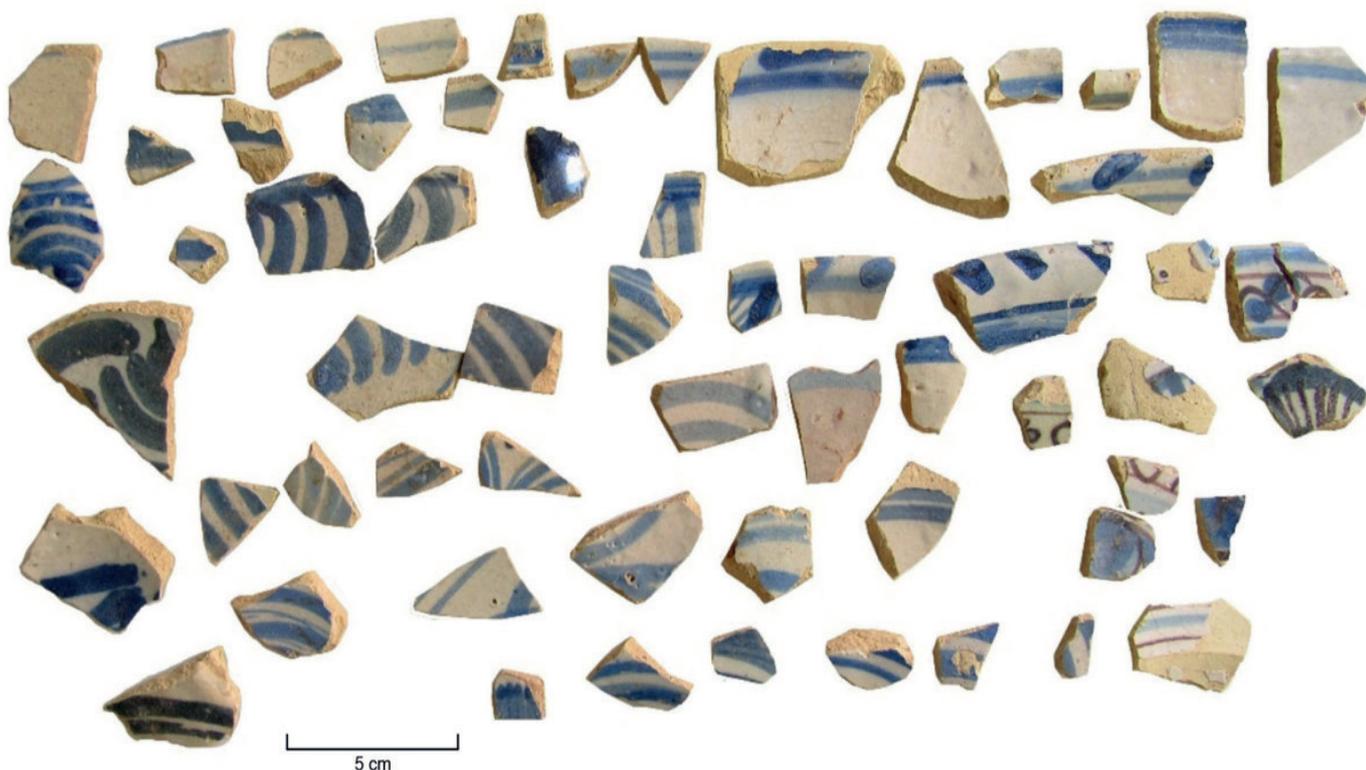


Fig. 30 – Conjunto de faianças recolhidas na U.E. [505] da Sondagem II.

A segunda hipótese não está relacionada com a construção do palácio, mas com a própria área em que este se localiza. Situado numa zona limítrofe à ribeira de Lage, esta área é frequentemente sujeita a inundações, tendo o Palácio, inclusivamente, sofrido com as cheias dos inícios dos anos 80. Dadas tais circunstâncias, talvez as populações humanas pré-históricas tenham preferido estabelecer-se em áreas sobranceiras e mais protegidas, como a Rua das Alcássimas e a Rua Marquês de Pombal, situada a c.300 m a Nordeste, onde se implantou a *villa* romana e onde foram identificadas, nas suas proximidades, ocupações comparáveis.



Fig. 31 – Dois fragmentos de martaban recolhidos na U.E. [505] na Sondagem II.

Relativamente aos vestígios de época moderna e contemporânea, foram identificadas várias calçadas, dois muros e um caneiro.

As calçadas foram encontradas no exterior, e ao longo dos muros exteriores do Palácio, sendo ainda identificado no pátio principal, um piso de circulação.

Entre as demais calçadas, destaca-se a calçada [217], localizada perto da capela, e a calçada [330], alguns metros a Sul. Ambas estavam cobertas por depósitos com escasso e pouco representativo material arqueológico. Sobre a calçada [217] recolheu-se apenas um bojo de faiança e cerâmica vidrada plumbífera melada. Sobre a calçada [330] recolheram-se espólios de vidro, fauna, três pregos, um bordo de uma caçõila e um bojo de faiança decorada a azul e vinoso. Estes elementos sugerem, embora com pouca segurança, uma cronologia entre os séculos XVII-XVIII correspondendo a fase de desuso destas calçadas.

No que concerne à calçada identificada no pátio principal do Palácio, foi limitada a informação recolhida, dadas as reduzidas dimensões da Sondagem I. Apesar de se poder enquadrar genericamente na época moderna ou contemporânea, dada a sua implantação a uma cota inferior, é de considerar a possibilidade de corresponder a um pavimento de circulação do antigo solar, anterior ao actual Palácio.

Os muros localizados no pátio interno de acesso à cozinha, permitiram apenas leituras parciais devido à limitada extensão da vala n.º 11. Ainda assim, estas duas estruturas levantam questões sobre eventuais fases construtivas do Palácio ou até mesmo sobre pré-existências do actual edifício.

Associados aos dois muros [1114] e [1115] recolheu-se pequeno conjunto de fauna mamalógica, de faiança com motivos vegetalistas e com linhas azuis decorativas, de cerâmica manual e de construção, e de cerâmica comum, nomeadamente um arranque de asa de uma panela. O material arqueológico recolhido parece apontar para cronologia que pode ascender ao século XVI ou XVII, contudo, dada a escassez da amostra, tal conclusão é pouco segura.

No entanto, as orientações dos muros, desalinhas com o actual edifício pombalino, juntamente com os materiais cerâmicos pontualmente recolhidos, reforçam a hipótese de se tratarem de pré-existências, possivelmente correspondentes às quintas adquiridas no século XVII pelo avô paterno de Sebastião de Carvalho

e Melo. Contudo, apenas a escavação integral desta área do pátio interior do palácio poderá confirmar esta hipótese.

Por fim, o caneiro identificado na Sondagem II, localizada no Pátio das Araucárias, fornece informações sobre o sistema hidráulico que alimenta os diversos tanques e fontes do Palácio. Esta estrutura parece demonstrar que houve um planeamento prévio do circuito hidráulico à construção da plataforma do pátio, que foi subsequentemente aterrada e terraplanada no século XVIII. Esta conclusão tem por base a análise do espólio arqueológico realizada e vai ao encontro do que nos é transmitido nas fontes históricas relativas à construção do bloco pombalino.

Embora pontuais, os vestígios arqueológicos de época moderna e contemporânea identificados proporcionaram mais um contributo para a compreensão das realidades construtivas do Palácio do Marquês de Pombal. Estas estruturas arqueológicas permitiram complementar a escassa documentação gráfica e topográfica respeitante às plantas do Palácio e da própria vila. As poucas plantas existentes são elaboradas a escalas que não permitem o registo de informação detalhada e datam apenas do século XIX, momento em que o palácio já se apresentava com a configuração actual.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor João Luís Cardoso, pelo convite endereçado em publicar este contributo nas páginas da presente revista, por si dirigida, e por ter facultado importantes informações, aquando da revisão que realizou do mesmo.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, C. de (1988) – *Solares Portugueses*. Lisboa: Livros horizonte.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Materiais arqueológicos inéditos do povoado pré-histórico de Carnaxide (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 27-45.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do Concelho de Oeiras. Do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (2016/2017) – A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 531-554.
- CARDOSO, J. L. (2022) – O povoado pré-histórico de Leceia. Cinquenta anos de trabalhos arqueológicos (1972-2022). *Estudo Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 31.
- CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (2020) – O povoamento romano do concelho de Oeiras: antecedentes, economia e sociedade (séculos I a.C. a V d.C.). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 27, p. 349-376.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. (1993) – Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Oeiras. 4.
- CARDOSO, G. & CARDOSO, J. L. (2004) – A ocupação agrária do concelho de Oeiras na época romana. *VI Encontro de História Local do concelho de Oeiras (Oeiras, 2003)*. Actas. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 41-55.
- CARDOSO, G. & CARDOSO, J. L. (2022) – As necrópoles da Antiguidade Tardia na região de Cascais e Oeiras. In CARDOSO, G. & NOZES, C. (coord. cient.), *A morte no ager olisiponensis*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, p. 106-117.

- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – A necrópole tardo-romana e alto-medieval de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 6, p. 407-417.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & MARTINS, F. (2018) – Oeiras na Antiguidade Tardia: alguns materiais recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas na Rua Marquês de Pombal, 3-7 (Centro Histórico de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 24, p. 471-482.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; BATALHA, L. & MARTINS, F. (2021) – A presença romana, visigótica, islâmica e portuguesa no centro histórico de Oeiras: resultados da intervenção arqueológica realizada em 2017 e em 2018. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 28, p. 277-336.
- CARDOSO, J. L.; BATALHA, L.; CARDOSO, G.; ANDRÉ, M. C. (2022) – Da Alta Idade Média à Época Contemporânea: resultados dos trabalhos arqueológicos realizados no centro histórico de Oeiras (Rua das Alcássimas) entre 2000 e 2007. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 30, p. 89-188.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; BATALHA, L. & ANDRÉ, M. C. (2023) – Da Idade do Ferro ao final do Império Romano no Centro Histórico de Oeiras: o contributo dos espólios recuperados nas escavações realizadas entre 2000 e 2007. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 32, p. 263-346.
- CARREIRA, J. R.; CARDOSO, J. L.; LOPES, F. P. (1996) – A estação pré-histórica do Casal de Barronhos (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 301-316.
- CORREIA, V. (1913) – Sepultura romana nos arredores de Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 18, p. 93-95.
- DIAS, I. (2017) – Arqueologia Urbana em Oeiras. *Almadan*. Almada. IIª Série, 21 (2), p. 43-53.
- DIAS, R. A. R. (2009) – *A Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2010) – Oeiras Romana: a compreensível convivência. *Encontros de História e Património. Diálogos em Noites de Verão 2006-2007*. Oeiras, p. 22-37.
- FERNANDES, I. C. F.; CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (2009) – Cerâmicas muçulmanas do Centro Histórico de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 97-115.
- FRANÇA, J.-A. (1987) – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand.
- GOMES, M. (1998) – *O Morgadio e a Vila de Oeiras*. Mem Martins: Câmara Municipal de Oeiras.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 367-406.
- GONZAGA, Raquel (2021) – *Projecto de Reabilitação de Coberturas e Fachadas do Palácio Marquês de Pombal – Trabalhos arqueológicos*. [Relatório final não publicado]
- LEITE, A. C. (1988) – *O jardim em Portugal nos séculos XVII e XVIII – Arquitecturas, programas, iconografias*. Dissertação de Mestrado em História de Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MELO, J. (2013) – O recheio desaparecido do palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras. *Casa Senhorial entre Lisboa e o Rio de Janeiro (sécs XVII, XVIII e XIX) Anatomia dos interiores*. Actas da conferência no Palácio Marquês de Fronteira. p. 105-125.
- MIRANDA, J. (2017) – *Pombal e Oeiras*. Câmara Municipal de Oeiras/Associação Espaço e Memória.
- PEREIRA, M. L. (2018) – *Caracterização geotécnica de rochas vulcânicas de Lisboa – um contributo*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Geológica defendida na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, M. H. C. dos (1984) – *Pombal revisitado: comunicações ao Colóquio Internacional das Comemorações do 2º Centenário da Morte do Marquês de Pombal*. 1. Lisboa: Editora Estampa.
- SERRÃO, J. V. (1982) – *O Marquês de Pombal: o Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa: Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Pombal.
- VASCONCELOS, J. L. de (1916) – Mosaicos romanos de Portugal: 4. Mosaico de Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21, p. 142-145.